



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
24/2024

PÁGINA Nº
1 de 5

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho da Justiça Federal
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República

[Pacto pela transformação ecológica entre os Três Poderes do Estado Brasileiro, de 21 de agosto de 2024](#)

Constitui compromisso dos três Poderes de atuarem de maneira harmônica e cooperativa para a adoção de um conjunto de ações e medidas voltadas aos seguintes objetivos: I - sustentabilidade ecológica - proteção do patrimônio natural de todos os biomas do País, promoção da regeneração da biodiversidade, redução e combate ao desmatamento ilegal, incentivo à restauração ecológica de áreas degradadas e desmatadas, promoção de cidades sustentáveis, diminuição do impacto ambiental das atividades produtivas e redução das emissões de gases de efeito estufa em todos os setores da economia; II - desenvolvimento econômico sustentável - criação e difusão de inovações tecnológicas em processos produtivos para a obtenção de ganhos de produtividade e a geração de empregos de qualidade, com foco na adoção de um modelo de economia circular, no uso sustentável dos recursos naturais nas perspectivas ambiental e social, no estímulo às novas economias da natureza e à bioeconomia e no investimento em fontes de energia renovável, com a busca da universalização do seu uso; III - justiça social, ambiental e climática - redução das desigualdades e distribuição mais equitativa dos benefícios do progresso econômico, bem como medidas de prevenção, mitigação, adaptação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e à defesa civil frente ao impacto das mudanças climáticas na vida da população e nas demais formas de vida, em especial das comunidades e regiões mais vulneráveis; IV - consideração dos direitos das crianças e das gerações futuras - integração, em todas as etapas da formulação e implementação de políticas públicas e em quaisquer medidas dos três Poderes, dos direitos e interesses das crianças e das gerações futuras, a partir da incorporação da ciência e de avaliações de impacto que considerem o bem-estar das gerações presentes e futuras; e V - resiliência a eventos climáticos extremos - implementação de estratégias abrangentes de prevenção, adaptação e mitigação de riscos, preparação, sistemas de alerta, gerenciamento, resposta e recuperação de desastres e eventos climáticos extremos.

DOU - Seção 1, p. 6-7, 22/08/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
24/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
3 de 5

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Decreto n. 12.157, de 29 de agosto de 2024](#)

Institui o Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social e o seu Comitê Gestor.
DOU - Seção 1, p. 6-7, 22/08/2024

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Congresso Nacional

[Emenda Constitucional n. 133, de 22 de agosto de 2024](#)

Impõe aos partidos políticos a obrigatoriedade da aplicação de recursos financeiros para candidaturas de pessoas pretas e pardas; estabelece parâmetros e condições para regularização e refinanciamento de débitos de partidos políticos; e reforça a imunidade tributária dos partidos políticos conforme prevista na Constituição Federal.

DOU - Seção 1, p. 2, 23/08/2024

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça

Presidência

[Resolução n. 574, de 26 de agosto de 2024](#)

Dispõe sobre o acesso a dados judiciais públicos consolidados pelo Conselho Nacional de Justiça, prevê a possibilidade de depósito de serviços privados na PDPJ-Br e institui o portal unificado para usuários internos.

eDJ-CNJ n. 245, de 30/08/2024, p. 2-3



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
24/2024

PÁGINA Nº
4 de 5

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Resolução n. 571, de 26 de agosto de 2024](#)

Altera a Resolução CNJ nº 35/2007, que disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa.

eDJ-CNJ n. 206, de 30/08/2024, p. 2-5

[Resolução n. 572, de 26 de agosto de 2024](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 487/2023](#), que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário procedimentos e estabelece diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a [Lei n. 10.216/2001](#), no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança.

eDJ-CNJ n. 206, de 30/08/2024, p. 5-10

[Resolução n. 573, de 26 de agosto de 2024](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 343/2020](#), que institui condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição e dá outras providências.

eDJ-CNJ n. 206, de 30/08/2024, p. 10-11

[Resolução n. 575, de 28 de agosto de 2024](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 81/2009](#) para instituir o Exame Nacional dos Cartórios.

eDJ-CNJ n. 206, de 30/08/2024, p. 11-13

[Resolução n. 576, de 26 de agosto de 2024](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 107/2010](#) e institui a Semana Nacional da Saúde.

eDJ-CNJ n. 206, de 30/08/2024, p. 13

[Portaria n. 274 de 30 de agosto de 2024](#)

Dispõe sobre a regulamentação da integração dos órgãos do Poder Judiciário ao Portal de Serviços do Poder Judiciário.

eDJ-CNJ n. 209, de 03/09/2024, p. 2



ALERTA SEBIB

NÚMERO
24/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
5 de 5

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Conselho da Justiça Federal

[Resolução n. 909, de 22 de agosto de 2024](#)

Altera a estrutura orgânica do Conselho da Justiça Federal.
DOU - Seção 1, p. 198-202, 23/08/2024

Secretaria - Geral

[Portaria n. 545, de 29 de agosto de 2024](#)

Dispõe sobre a publicação do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Federal, referente ao exercício de 2024.
DOU - Seção 1, p. 109-111, 03/09/2024

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidência

[Portaria n.885, de 22 de agosto de 2024](#)

Regulamenta o funcionamento do Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença - NUJ4.0-Apoio/CS.
BDTRF1, 23 de agosto de 2024

[Portaria n.1, de 20 de agosto de 2024](#)

Institui Comissão Multiprofissional para avaliação quanto à existência e compatibilidade da deficiência com as atribuições inerentes à função judicante.
BDTRF1, 21 de agosto de 2024

Diretoria-Geral

[Portaria n.551, de 21 de agosto de 2024](#)

Atribui responsabilidade pela guarda e uso do Certificado Digital Pessoa Jurídica- e-CNPJ A1, e autoriza a aplicação do certificado em sistemas deste Tribunal.
BDTRF1, 22 de agosto de 2024